



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

REUNIÃO DO MINISTÉRIO

Palácio do Planalto
18 de agosto

O Presidente convoca reunião ministerial para tratar da adaptação do Governo às normas que estão sendo votadas na Assembléia Nacional Constituinte, e que impõem mudança completa no relacionamento entre União, Estados e Municípios. Dando apoio total à proposta de corte de gastos no Orçamento Geral da União para 1989, o Presidente José Sarney pede a compreensão e apoio de seu ministério e dos políticos para que possa, com energia e realismo, sanear as finanças e reduzir a inflação.

Esta nossa reunião tem uma importância fundamental. Posso dizer mesmo que histórica, uma vez que nela vamos tratar sobre a adaptação do Governo às normas que estão sendo votadas na Assembléia Nacional Constituinte e que importam numa mudança radical no relacionamento entre União, estados, municípios e, ao mesmo tempo, relações que dizem respeito ao setor público e ao setor privado, envolvendo toda a sociedade brasileira.

Particularmente, neste instante, é o orçamento da União o instrumento primeiro para essas mudanças para a sociedade e o próprio Governo.

Em síntese, é o orçamento o universo do Governo. A chamada Lei de Meios define como se utilizam os recursos

dos contribuintes. Antigamente o nosso orçamento era apenas um documento simbólico. Hoje, ele é a peça fundamental da administração, é a transparência do Estado. Corresponde ao meu Governo o maior passo dado pelo País no sentido de organizar a sua contabilidade pública.

Unificamos, num trabalho persistente e prolongado, perseverante e pertinaz, vários orçamentos ao longo desses quase quatro anos de Governo. Orçamento fiscal e monetário. Eliminamos a conta de movimento e abdicamos da liberdade total que tinha o Governo de emitir e de endividar-se e, ao mesmo tempo, de autorizar despesas.

A tudo renunciámos para completar, também nesse sector, o regime democrático. Foi uma das maneiras de o País exercer a plenitude democrática.

Ao discriminar as fontes de recursos e seus usos e aplicações, o orçamento também estabelece prioridades. Ele elege ou descarta actividades, projetos e programas, observando a legislação e as opções que melhor atendem aos interesses nacionais.

Ao assumir menor ou maior desnível entre as receitas e as despesas públicas, o conhecido déficit, o orçamento estará mostrando uma linha de austeridade ou, ao contrário, de ausência de decisão para combater problemas que são extremamente graves.

É o caso da inflação, que tem no déficit público sua raiz central, e no povo, principalmente na classe trabalhadora, no sector produtivo e no próprio sector público, suas grandes vítimas. O orçamento, portanto, sempre foi e é o instrumento essencial da administração pública, agora re-colocado no seu devido lugar. Neste ano, especialmente, o orçamento federal tornou-se dramaticamente importante por duas razões fundamentais: primeiro, a nova Constituição que redefine o perfil de todo o gasto público. Através das decisões tomadas pela Assembléia Nacional Constituinte, ampliam-se despesas, instituem-se novos preceitos, cria-se, portanto, uma nova Federação, redistribuindo-se responsabilidades, funções, actividades, projetos e programas entre as esferas de Governo, União, estados e municípios. Segunda razão: os maiores problemas crónicos da econo-

mia brasileira, o desequilíbrio e a hipertrofia do setor público atingiram dimensões que exigem uma terapêutica cirúrgica com um profundo corte de gastos. Deverá ser mais profunda no enxugamento da máquina administrativa, no vigoroso esforço de privatização e determinada na ampliação das receitas e na desregulamentação da nossa economia, além daquilo que é o principal: a drástica revisão do próprio papel do Estado na economia e no desenvolvimento social.

O orçamento de 89 assim, a ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto, e que deve vigorar a partir de 1º de janeiro do próximo ano, vai refletir essa nova, importante e transformadora realidade. Sob a ótica da nova Constituição, é dever do Governo preparar-se para cumpri-la efetivamente. A perda das receitas federais, decorrente da nova Carta, será de 17,6% em 1989, e prossegue nos outros anos chegando a cerca de 22%. A maior carga, portanto, vai ser no nosso Governo e recairá no próximo ano.

A proposta orçamentária tem, obrigatoriamente, de reduzir recursos nesse montante, ajustando suas despesas mediante os indispensáveis cortes e transferências. Quando couber, as outras esferas de Governo, ou ao setor privado, quando não couber, desativando ou extinguindo órgãos, atividades e programas.

Se novo é o perfil das responsabilidades e funções federais, novo também terá de ser o perfil orçamentário. Do ponto de vista das finanças públicas, a formulação do orçamento impõe o compromisso imperioso de contribuir para a redução do déficit público que o País precisa submeter ao nível máximo de 2% do Produto Interno Bruto em 1989. Isso requer que o déficit do orçamento geral da União para o ano que vem seja o menor possível, talvez nulo, para facilitar o cumprimento da meta de 2% do PIB, para o déficit público global, este que depende das três esferas de Governo.

Do sucesso na execução desse programa dependerá, sem dúvida, o sucesso do programa da economia nacional.

O Governo só pode financiar seu déficit emitindo mais moedas ou ampliando a dívida interna através da coloca-

ção de mais títulos públicos no mercado. Mas isso, sem dúvida, todos sabem que não podemos fazer e nem interessa fazer. Porque não é a solução. Num quadro complexo como o brasileiro, no qual sobressaem a inflação alta, a dívida elevada e a necessidade de reequilibrar o setor público, emitir significa, portanto, mais inflação. Mais títulos no mercado significa menos poupança privada para investimentos privados, maiores taxas de juros para desincentivá-los ou adiá-los. Significa, portanto, um caminho aberto para a hiperinflação que significa, também, no seu desdobramento o caos e um grave risco não só para a economia como para as instituições. Investir é fundamental para crescer e gerar empregos. Conclui-se que o orçamento geral da União terá de contar apenas com as despesas que as receitas próprias do Governo permitam atender.

Estou seguro de que terei a compreensão e o apoio da sociedade para tratar com energia e realismo essa questão vital para o saneamento de nossas finanças e a redução da inflação. Igualmente, sei que conto com os senhores ministros neste grande e importante trabalho, talvez o mais difícil já colocado para uma administração, como agora estamos enfrentando. E sei que não faltará espírito público e patriotismo também aos outros poderes da República, aos Governos estaduais e municipais para lutarmos juntos. Não basta que completemos bem a nossa feliz, embora turbulenta, travessia democrática. Não me basta a consciência serena de que cumpri todos os meus deveres com a transição democrática. Ninguém mais exemplar do que eu nessa determinação. Serei infatigável no cumprimento da parcela do meu dever de pôr em ordem a economia do País que, a exemplo de toda a América Latina, atravessa momentos extremamente difíceis.

Continuarei tomando as medidas necessárias. Evidentemente são medidas amargas. Jamais admiti a contemplação com a corrupção, o desperdício, o supérfluo, o desonesto. Quero entregar ao meu sucessor um Brasil plenamente democratizado, mas com a casa em ordem, exorcizado o fantasma da crise econômica que, sem dúvida, será também um grande perigo institucional.

A inflação está entranhada em nossa cultura. Ela é mais velha do que quase todos os brasileiros. É uma companhia desagradável e perniciosa do nosso cotidiano. É um dragão que tem dormido ao lado da nossa cultura e da nossa sociedade. Sabemos que ela deforma tudo, desfigura a imagem do Governo, desorienta consumidores e investidores, pune mais os assalariados e os que têm menos. É uma porta aberta aos fariseus, que pregam sua extinção e se locupletam nos cartórios, nos acordos de preços, nos monopólios disfarçados e interesses ideológicos inconfessados e mascarados. Beneficia especuladores e outros inimigos do povo que sempre vendem a imagem de que a inflação é só do Governo e, portanto, do Governo é que é a grande culpa.

Mas, o Brasil aprendeu muito com a sua inflação. Com os heterodoxos e os ortodoxos. Mas, sobretudo, na longa experiência de sofrê-la e vivê-la e, para o Presidente da República, também, da responsabilidade que recai sobre os seus ombros.

Hoje sabemos com segurança que a atual inflação tem no desequilíbrio das contas públicas sua causa maior. Mas não é a única. No princípio de 1988, o déficit público potencial era, em termos reais, de 8% do PIB. Conseguimos domá-lo, parcialmente. Fechamos o primeiro semestre com 1,06% do PIB. E não ultrapassaremos 4% até o final do ano. Sabemos que esse déficit gerou-se no espetacular crescimento do Estado, que se tornou empresário e responsável pela infra-estrutura econômica nacional. Vem de longe, corrói a economia e é uma praga no mundo subdesenvolvido. Temos mais de 300 empresas estatais no Brasil. Muitas com nítida vocação privada. Outras, deficitárias. Dezenas realmente eficientes. Algumas delas superempresas que orgulham o País e cuja maior responsabilidade é operar como instrumento de ação do próprio Governo, que as controla em nome do povo brasileiro. Mas a elevação vertiginosa do nosso déficit tem outra causa determinante de extraordinário significado: a deterioração das finanças públicas federais a partir de meados dos anos 70. A receita líquida do setor caiu vertiginosamente. A carga tributária líquida total caiu de 17% do PIB, no início dos anos 70,

para 12% na atualidade. Essa queda decorreu do aumento dos juros internos, subsídios e incentivos fiscais entre 74 e 83, na aceleração inflacionária e no crescimento da evasão fiscal. Além disso, as variações das taxas de juros e a rápida expansão da dívida interna implicaram num forte crescimento dos encargos financeiros, fenômeno agravado pela redução dos financiamentos externos. Os ajustamentos externos deram-se, portanto, através do aumento das taxas de juros e, claro, da emissão de moedas.

Conforme o novo texto Constitucional, as transferências aos estados e municípios crescerão 50% reais no próximo ano. Dos atuais 2,4% do PIB para 3,5% do PIB em 1989. A par disso os preceitos criam vinculações setoriais, ampliam vantagens a servidores da União, expandem benefícios sociais e benefícios fiscais. A esses fatores acrescentem-se os aumentos reais verificados em diversos segmentos do setor público. Por essas razões, a ausência de drástica redefinição do orçamento de 1989 e de outras providências na área fiscal, criaria uma situação insustentável e de consequências imprevisíveis. Inclusive, pelo risco que evitamos de processo hiperinflacionário que, sem dúvida, não vai acontecer.

A opção é única e muito clara. Trabalharemos com os recursos que restaram ao Governo Federal. Conteremos a expansão monetária ao mínimo indispensável, assim como a colocação de títulos. Não quero e não vou ser acusado de ter inviabilizado o modelo que os Constituintes votaram. Para adequar a ação do Governo à realidade da nova política econômica, teremos política fiscal e monetária extremamente austeras. Esse é o caminho, sem dúvida, do bom senso e do interesse nacional. Mas desejo advertir a Nação de que não serão poucos os sacrifícios. As prioridades terão que passar pelo crivo do mais absoluto rigor. Preciso, mais do que nunca, da solidariedade, da compreensão e da lealdade de todos os senhores que fazem parte do meu ministério e das lideranças políticas que acompanham o Governo.

A consciência dessa necessidade tem de ser de todo o nosso Governo. Estou seguro de que, apesar das dificulda-

des, nós chegaremos a um bom porto. O Brasil é um grande País, titular de extraordinário potencial de desenvolvimento e, portanto, capaz de atravessar crises e ajustamentos. Coube-me conduzi-lo neste momento de grande escassez.

No futuro, podem esquecer esse momento. Nós não o esqueceremos, porque ele foi o exercício duro de um dever. E um dever tranqüilo, sem dúvida, tranqüiliza consciências.

No triênio 85/87, o primeiro de meu Governo, o Brasil acumulou resultados notáveis, apesar de pouco reconhecidos. De fato, esse triênio foi o do reencontro com a democracia e com a liberdade. O País também não parou. O crescimento real de nossa economia superou 20% nesses três anos. A maior prioridade do Governo passou a ser o setor social. Os salários recuperaram o seu poder de compra. Quando assumimos, estavam muito baixos. Os números estão aí. As correções eram feitas de seis em seis meses. Lutava-se pela trimestralidade. Chegamos a uma correção mensal. Os pobres passaram a ter vez e voz. E a nova política econômica registrou vitórias marcantes.

Hoje, já acertamos o nosso relacionamento internacional. Concluímos o entendimento com a comunidade financeira internacional e esse acerto vai contribuir para a normalização da economia interna nos próximos meses, inclusive pelo retorno da poupança externa que tem fugido do Brasil ao longo de toda esta década.

São altamente positivas as notícias do controle do déficit público de 88, como tive oportunidade de ressaltar. A safra agrícola foi recorde pelo segundo ano consecutivo, cerca de 66 milhões de toneladas. Passamos do patamar dos 50 milhões para um outro patamar. Melhoramos significativamente o nível tecnológico da nossa produção agrícola e da nossa produtividade. O nível de emprego é estável. O nível das exportações é o maior da nossa história. Sem imediatismo, mas com perseverança e pragmatismo, vamos também domar a inflação. Mas sempre obtivemos todos esses resultados ameaçados pelo processo de

uma inflação incontrolável, que obrigou o Governo a tomar medidas sempre muito duras para que fosse mantida nesses níveis e afastado o perigo do descontrole total da economia.

Para isso é preciso que todos sejamos maiores do que nós mesmos e que façamos do espírito público o compromisso de todos os dias, com o interesse do nosso admirável povo.

Agora, desejo extrapolar esta reunião falando não somente aos ministros e líderes no Congresso, mas às brasileiras e a todos os brasileiros. Repito, esta é uma reunião histórica. Muitas foram as críticas que eu fiz à Constituição. Todas elas julguei que eram construtivas e do meu dever, determinadas pelo patriotismo, pela visão da necessidade de termos uma Constituição moderna. Mas, votada, não me cabe contestá-la, senão cumpri-la. E, ao contrário, dou aqui o primeiro passo para que ela venha representar uma etapa nova na história brasileira. Mas é preciso que todos compreendam que ela importa numa mudança extraordinária. Mudará o relacionamento de todos e de tudo, de estados e municípios, de setores e responsabilidades, de direitos e de deveres. Os trabalhadores, para poderem fazê-la vitoriosa, devem ter a consciência de que, ao assumirem direitos, terão deveres a cumprir, até mesmo para preservar os direitos adquiridos. Os empresários precisam ampliar o sentido social da empresa moderna e trabalhar dentro do espírito de competição, sem subsídios e sem ajudas. Os estados, ao receberem recursos, têm de ter mais responsabilidades e encargos. A União, restrita às suas novas funções, tem de multiplicar a produtividade dos seus poucos recursos e fazê-los render em sua plenitude. À União caberá a responsabilidade da segurança nacional, da formulação da política econômica, da manutenção do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, da política exterior. Aos estados e municípios, a prestação de serviços públicos, de atender às necessidades do povo. Os programas afetos à educação básica, à saúde, ao bem-estar social. Eles terão de executar esses serviços. A União deve formular diretrizes e fiscalizar a sua aplicação, enquanto aos estados e municípios a sua execução. A União não terá mais qualquer recurso

próprio para transferir a estados ou municípios, nem mesmo para atender qualquer emergência. Os estados mais pobres terão de reformular com rigor suas próprias políticas de aplicação de recursos. É a visão de uma outra federação. Um ideal republicano que me cabe saldar. À federação, de um Congresso detentor de poderes que o torna no avanço democrático participante de decisões. Dou aqui o exemplo de ser o primeiro a contribuir para tornar viável, como tenho dito desde o princípio, a nova Constituição. Por isso, cortamos na carne da União, reduzo suas despesas, para que jamais se possa vir a acusar-me de não ter tomado a decisão fundamental na hora decisiva e, ao contrário, ter viabilizado, desde o princípio, a governabilidade do País.

Mas a Constituição precisa também de nova mentalidade por parte do povo, dos governadores, dos prefeitos, dos parlamentares, do Governo Federal, de governantes e de governados. Não tenho qualquer objetivo pessoal. Quero servir ao Brasil. Como político, minha atitude poderia ser outra se quisesse alcançar um imediatismo fugaz. Não é fácil dizer sempre não. Negar sempre, parar, ajustar, conter. Outros têm escolhido o caminho fácil da demagogia que é sempre a solução fácil e verbal para problemas difíceis. Minha opção, repito, é de servir ao Brasil.

Nosso Governo, senhores ministros, tem de reciclar suas atribuições. Elas não serão mais as tradicionais funções de um ministro na concepção de um Estado com amplos recursos. Será a opção de uma União formuladora de políticas. Precisamos ter imaginação e espírito público para este ajustamento e estes novos tempos.

As instituições nacionais dependem do sucesso do novo modelo. Como tenho sido o Presidente da maior liberdade, da democracia plena, de um Brasil nascido de sua vontade, quero coroar esse projeto com a tarefa de adaptar, viabilizar, construir, da nossa parte, a nova federação para que seus avanços, suas mudanças sejam implantadas e não frustradas. Por isso, peço aos congressistas que nos ajudem nessa travessia. A mais difícil de todas da história do Brasil contemporâneo, e, aos administradores, que cada

um assuma sua parcela nesta construção. Se fracassarmos o Brasil cobrará de nós este desencontro. Por meu desejo, nem decisão, isso não acontecerá. O povo brasileiro merece de todos nós esse sacrifício e essa visão de futuro. As instituições sobreviverão, se tivermos capacidade de transformar, com responsabilidade, a nova Constituição na nova federação e no novo tempo.